



## EDUCAÇÃO COMO OBJETO DE PROFANAÇÃO.<sup>1</sup>

Juliana da Costa Ramos<sup>2</sup>

### RESUMO

Ao problematizarmos questões alusivas à reminiscência e a construção histórica sobre a memória coletiva verificamos que as diferentes abordagens referentes aos usos do patrimônio cultural não estão isentas de disputas e conflitos políticos e sociais. É relevante perceber que o patrimônio cultural é dimensão de uma memória viva no tempo e sua sacralização também faz parte da lógica que permite trazer à luz a uma memória e por vezes silenciar outras. Sobre esse mote apreendemos que ao conceito de patrimônio cultural se agregam a concepção histórica e também demandas relacionadas à ressignificação de identidades de minorias que por muito tempo estiveram e estão marginalizadas, no que se refere à aquisição de cidadania e a memória historicizada. Visando projetar essa relação entre o sujeito e seus bens culturais (o patrimônio nos seus múltiplos aspectos) e as problemáticas supracitadas; buscamos no espaço escolar perceber como essa a comunidade específica consome seus patrimônios culturais. A partir desse movimento ambíguo entre similaridade e alteridade almejamos profanar o patrimônio e desacralizar os espaços de memória. Utilizando como metodologia o dialogo entre o ensino de História e a educação não-formal atitudes que permitam estabelecer outros modos de construir os processos de ensino-aprendizagem, tanto em locais institucionalizados como fora deles transgredindo o que é instituído.

**Palavras – Chave:** Ensino de história, Patrimônio Cultural e Educação Não-Formal.

### ABSTRACT

By alluding to problematize issues reminiscent of the historic building and collective memory we find that the different approaches regarding the use of cultural heritage are not free from disputes and political and social conflicts. It is important to realize that the dimension of cultural heritage is a living memory in time and its sacredness is also part of the logic that allows bringing to light a memory and sometimes silence others. About this motto we learn that the concept of cultural heritage are added to the historical concept and also demands related to the redefinition of identities of minorities who have long been marginalized and are, in relation to the acquisition of citizenship and historicized memory. In order to design the relationship between the subject and its cultural (heritage in its many aspects) and the above problem is at school we seek to understand how this community specifies consume your cultural heritage. From this ambiguous movement between similarity and otherness crave desacralizar property and desecrating the memory spaces. The methodology we seek dialogue between history teaching and non-formal education attitudes that enable them to establish other ways to build the processes of teaching and learning both in and outside their local institutionalized what is breaking up.

**Key Words:** Teaching history, Cultural Heritage and Non-Formal Education.

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior: Patrimônio Cultural e Educação Não-Formal: Reflexões e circularidades sobre identidade e memória, que está em andamento por meio do Programa Institucional de Iniciação a Docência (PIBID), programa do qual a autora é bolsista sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia do Nascimento Oliveira e tem como agência de fomento a Capes/Cnpq em parceria com a UFRPE.

<sup>2</sup> A autora é estudante de graduação do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação a Docência (PIBID). Agência de Fomento: Cappel/Cnpq/UFRPE. E-mail: ju.ramos@live.com



Profanar não significa simplesmente abolir e cancelar separações, mas aprender a fazer delas um uso novo [...]

Agambem, 75: 2007

Quando falamos em espaços de sacralização da memória é lugar comum pontuar que os usos do patrimônio cultural em muitos aspectos se encontram circunscritos sobre essa determinação estática e sacra de reminiscência. Porém é na busca de encontrar uma antítese a essa essência sacralizadora que percebemos o espaço escolar como local de movimentos e de provocações que possam resultar num exercício de profanação<sup>3</sup> dos lugares de memória<sup>4</sup>, dos bens culturais e da própria construção histórica tradicional.

Esse movimento ambíguo e contraditório suscita algumas questões referentes ao patrimônio cultural, ao ensino de História, à memória, identidade e, sobretudo ao ato de profanar e subverter espaços de tradição já solidificados. Nesse sentido pretendemos pormenorizar algumas de nossas problemáticas e anseios presentes nessa narrativa e dentro dos pressupostos teórico-metodológicos, projetar horizontes e até dissonâncias aos nossos anseios.

Sobre esse mote estruturamos esse artigo a pensar como o sujeito pós-moderno se apropria dos seus objetos de memória, os patrimônios culturais. Quais são os pressupostos desse exercício baseado na prática da lembrança, se verificamos o surgimento de questões cada vez mais precisas sobre a fragmentação desse sujeito fruto da modernidade tardia. Daí a pensar como em tal perspectiva a comunidade escolar lida com a espetacularização do patrimônio cultural e dos espaços de memória e de que maneira podemos por meio da educação não-formal profanar e possibilitar o uso, a troca, a experiência, na tentativa compreender de que maneira consumimos o outro – eu/ e os outros – eles, como produtos de nossa identidade e história, os patrimônios culturais.

## UP TO DATE – BILHÕES DE EUS EM MOVIMENTO

As discussões que hoje permeiam as ciências humanas tendem a problematizar dilemas como os da identidade cultural na modernidade tardia. Segundo Hall<sup>5</sup> tal situação

<sup>3</sup> O termo *profanar* aqui utilizado é baseado na terminologia utilizada por Agambem que se relaciona a práticas que permitam a dessacralização dos lugares de reminiscência.

<sup>4</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. (IN - Revista Projeto história, São Paulo v.10, p 7-28, dez. 1993).

<sup>5</sup> HALL, Stuart. A identidade Cultural na Pós-modernidade. 2006.



deriva de um procedimento de deslocamentos e mudança nas estruturas que antes norteavam a estrutura cultural da sociedade, o Estado-Nação e Igreja principalmente. Deste modo, esse sujeito sem referenciais, fragmentado por tais alterações experimenta outro tipo de existência cultural e sua identidade tida como sólida passa a ser resignificada. Para o autor o ponto culminante desse processo foi à inserção de estudos da psicanálise freudiana, sendo esta fundamental para o entendimento sobre a identidade pós-moderna. O mesmo averigua que:

[...] em vez de falar da identidade como coisa acabada, deveríamos falar de identificação, [...] A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir de nosso exterior<sup>6</sup>.

Seguindo tal lógica podemos verificar que a identidade busca na alteridade a certeza, eu só sou eu por que o outro me faz ser eu, eu sou eu porque não sou o outro. A nossa relação identitária com a cultura se dá de forma dialética, por meios das apropriações individuais que são forjadas sob o bojo de uma representação<sup>7</sup> que é também coletiva, essas relações também ocorrem a partir do conflito por meio do confronto com o diferente e da assimilação de práticas, de usos, de profanações diferentes daquelas que estamos habituados.

O declínio de estruturas como o Estado-Nação por meio do processo de globalização hoje é evidenciado na experiência da cultura global, e isso nos leva a refletir que nossa identidade faz parte de um processo de construção discursiva que buscou homogeneizar culturalmente determinados grupos sociais localizados no espaço da nação, desse processo acima de tudo político faz parte a necessidade de um domínio por meio de um poder-saber sobre uma memória comum, sobre a configuração da narrativa histórica, e sobre a manutenção desse domínio por meio da difusão dos discursos patrimonialistas, comuns pós-revolução francesa e que norteiam a configuração brasileira de práticas preservacionistas e políticas de memória. Entretanto não é nosso desejo fazer nesse momento uma historiografia do patrimônio, desta forma buscamos pontuar alguns aspectos que nesse momento achamos mais relevantes a discussão que almejamos abordar nesta narrativa. Pensar as práticas patrimonialistas implica cogitar como o conceito de patrimônio se desenvolveu e ganhou força, desta maneira iremos discorrer sobre alguns eventos.

Epistemologicamente falando o:

Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia ao pai, *pater* [...] O conceito de patrimônio surgiu no âmbito privado [...] (e)

<sup>6</sup> IDEM. Pág 39.

<sup>7</sup> CHARTIER, Roger. "Cultura popular": revisitando um conceito historiográfico. (Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16 1993).





estava intimamente ligado aos pontos de vista aristocráticos [...] (tendo em vista que) a maioria da população não era proprietária, logo não era possuidora de *patrimonium*.<sup>8</sup>

O patrimônio era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana. Este caráter de bens aristocráticos em que se configurava a ideia de patrimônio ainda permaneceu por séculos, mas a partir da idade média, com a hegemonia religiosa “ao caráter aristocrático [...] acrescenta-se outro, simbólico e coletivo: o religioso<sup>9</sup>”. Este é um passo muito importante para a construção da atual concepção de patrimônio, pois o patrimônio passou a agregar valores da sociedade “deram as pessoas comuns um sentido de patrimônio muito próprio [...] A valorização tanto dos lugares e objetos como dos rituais coletivos<sup>10</sup>”.

Por que não dizer que tal conceito de patrimônio passou a ser identificado como uma parte da memória coletiva, não que já não exercesse esse papel no âmbito privado, pois segundo Halbwachs (1990) a “memória individual é um ponto de vista da memória coletiva<sup>11</sup>”, entretanto o patrimônio passa a se expressar com muito mais força no entendimento da memória social.

É fato que o conceito de patrimônio irá sofrer algumas alterações com o passar dos séculos, todavia buscamos nesse momento ressaltar a importância do Estado e das instituições religiosas e a maneira pela qual gradativamente tais estabelecimentos perdem essa força representativa norteadora da identidade cultural. Entretanto ainda verificamos uma dicotomia, pois ao mesmo tempo em que a figura do Estado–Nação deixa de representar uma referência, ainda é função do Estado determinar as políticas de memória e as práticas patrimonialistas que vão desde a conservação de bens culturais, até a organização, manutenção, e institucionalização de lugares de memória.

## PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS DE MEMÓRIA

O tema da memória está em voga, hoje mais do que nunca [...] Multiplicam-se as casas de memória, centros, arquivos, bibliotecas, museus, coleções [...]

<sup>8</sup> FUNARI e PELEGRINI, Patrimônio histórico e Cultural. 2006:10-11

<sup>9</sup> IDEM, Pág 25

<sup>10</sup> IBDEM, Pág25-26

<sup>11</sup> HALBWACHS, A memória coletiva. 1990:51



*os movimentos de preservação do patrimônio cultural e de outras memórias específicas já contam com força política e tem reconhecimento público*<sup>12</sup>.

Já há algum tempo os discursos que abordam uma valorização ao patrimônio histórico e cultural tem conquistado força em diversos campos: o acadêmico, o político e também o campo social. É cada vez mais frequente presenciarmos momentos em que comunidades disputam a legitimação de sua memória e de seus patrimônios. Percebemos que há uma crescente discussão que se propõe a refletir abordagens mais amplas a partir dessa demanda.

Hoje tais questões envolvem-se em problemáticas dicotômicas; por um lado à ampliação dos debates, o movimento de assimilação e de disputas por essa memória personificada nas práticas e nas representações sociais sob a forma dos patrimônios culturais. Por outro lado percebemos que a questão patrimonial também se encontra circunscrita sob a égide do capitalismo, o patrimônio cultural hoje faz parte de um novo nicho de consumo, este uso do patrimônio não é o do *profanar*, sim um uso que de acordo com Agambem transforma o patrimônio em objeto, que o permite ao mesmo “[...] se (distinguir) em valor de uso e *valor de troca* e se transforma em *fetichismo inapreensível*”. Os limites do uso se metamorfoseiam em consumo.

Ao pensar a questão do patrimônio na era da indústria cultural, Choay<sup>13</sup> também denuncia essa situação que se estabelece ainda no século XIX, com a “consagração institucional do monumento histórico [...] (que) por um lado, [...] adquire a intensidade de uma presença concreta. Por outro, é instalado num passado definitivo e irrevogável.<sup>14</sup>” Atentando para a construção do que Riegl (Apud – Choay) pontua como culto do monumento histórico, como consequência da difusão do “corpus” patrimonial e do público, essas ações para a autora consistem em um movimento de “mundialização dos valores e das referências ocidentais [...] (e) a expansão ecumênica das práticas patrimoniais<sup>15</sup>.”

Essa nova religião patrimonialista permite um “religioso” que determina uma separação entre homens e deuses, se tornando “não (aquilo) o que une os homens e deuses, mas aquilo que cuida para que (os mesmos) se mantenham distintos<sup>16</sup>”; ou seja, o culto patrimonialista não aproxima a sociedade de seus bens culturais, ao contrário essa nova religião delimita quem pode e quem não poder consumir esses bens culturais. Nesse momento chegamos à

<sup>12</sup> Meneses, Ulpiano Bezerra. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. 1992:9. (Grifos meus)

<sup>13</sup> CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 2006.

<sup>14</sup> IDEM. Pág:206.

<sup>15</sup> IBDEM Pág:207

<sup>16</sup> Agambem.2007:67

dupla problemática, como possibilitar a profanação do patrimônio cultural por meio da experiência se esse uso tornou-se improfanável?

## EDUCAÇÃO COMO OBJETO DE PROFANAÇÃO

É muito tentador utilizar a educação como solução de todos os problemas levantados nesse artigo, entretanto não estaríamos sendo honestos quanto à complexidade das problemáticas suscitadas no desenvolvimento desta narrativa. Diante de tantas questões não poderíamos aqui finalizar a discussão com fórmulas milagrosas que permitiriam atingir nosso objetivo de forma tão simplória. A princípio, quando se pensa a educação como objeto de profanação deve-se salientar o tipo de educação da qual estamos nos referindo, nesse caso a *educação não-formal* e necessitamos também deixar claro que não cabe a educação sanar os problemas sociais, pois a mesma deriva de tais problemas não se encontrando isenta de disputas e conflitos.

É corriqueiro o uso da educação não-formal como uma prática vinculada as atividades da educação formal, ou como suporte a mesma de maneira a tornar o ensino-aprendizagem mais prazeroso. Entretanto não é desse uso da educação não-formal que estamos falando, queremos nesse momento refletir sobre de que maneira a educação não-formal pode proporcionar a sociedade a prática da experiência, mesma experiência que Walter Benjamin acredita ter sido subtraída de nós, diante do advento da modernidade, do capitalismo:

[...] nossa pobreza de experiências é apenas uma parte da grande pobreza que recebeu novamente um rosto, nítido e preciso como o do mendigo medieval. Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sornateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade.<sup>17</sup>

Entretanto essa experiência pode ser reinventada por uma nova forma de barbárie:

[...] um novo conceito e positivo de barbárie. Pois o que resulta para o bárbaro dessa pobreza de experiência? Ela o impele a partir para frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar nem para a direita nem para esquerda. Entre os grandes criadores

---

<sup>17</sup> BENJAMIM, Walter. Experiência e Pobreza. (IN- BENJAMIM, Valter. Obras Escolhidas. Vol.1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, P. 114-119.)



sempre existiram homens implacáveis que operaram a partir de uma tabula rasa<sup>18</sup>.

Benjamim denuncia a nossa pobreza quando se trata de permitir a experiência. Hoje atropelados pela informação, pelo fetiche do consumo; como podemos proporcionar a profanação por meio da experiência. A impossibilidade de usar, de profanar nos permite reinventar os usos, entretanto essa prática ainda está condicionada não mais ao consumo e sim a uma permissividade subjetiva. Temos primeiro que nos abrir a experiência, a troca não somente em locais institucionalizados, mas perceber a experiência que habita o outro.

“A experiência, a possibilidade de que algo nos passe nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de *interrupção* um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação e a delicadeza, abrir os olhos e ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar os outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.”<sup>19</sup>

Segundo Larrosa a experiência é uma paixão, e para nos tornarmos sujeitos da experiência, é preciso se tornar antes, o sujeito da ruptura, do novo, porém um novo que não é fugaz e mesmo que seja, é parcialmente apreendido, ele nos toca de alguma forma, entender o patrimônio cultural por meio da profanação, é experimentar não a sacralização dos grandes heróis, dos grandes fatos políticos e econômicos; profanar por meio da educação é se abrir a experiência e deixar que esse patrimônio nos toque, nos apaixone por que o pertencimento tão buscado não pode ser forjado ele acontece por meio da experiência, que permite ao sujeito “está[...] aberto a sua própria transformação.”<sup>20</sup>

## REFERÊNCIAS

**ADORNO**, Theodor W. 1995. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 4º Ed. 139-185.

**AGAMBEM**, Giorgio, Elogio a Profanação. (IN- Agambem, Giorgio. Profanações. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007).

<sup>18</sup> IDEM, PÁG 114-119.

<sup>19</sup> LARROSA, Jorge. Experiência e Paixão. (IN – Larrosa, Jorge. Linguagem e educação depois de Babel, Belo Horizonte: Autêntica, 2004:160)

<sup>20</sup> IDEM – PÁG 165.



**BENJAMIM**, Walter. Experiência e Pobreza. (IN- BENJAMIM, Valter. Obras Escolhidas. Vol.1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, P. 114-119.)

**CHARTIER**, Roger. 1993. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. (Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16 )

**CHOAY**, Françoise. A alegoria do Patrimônio. 3º Ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.

**HORTA**, Maria de Lourdes Parreiras; **GRUNBERG**, Evelina; **MONTEIRO**. Adriane Queiroz. 1999 Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, Museu Imperial.

**LARROSA**, Jorge. Experiência e Paixão. (IN – Larossa, Jorge. Linguagem e educação depois de Babel, Belo Horizonte: Autêntica, 2004)

**MENESES**, Ulpiano T. Bezerra. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Rev. Inst. Est. Bras., SP, 34:9-24, 1992.

Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/revista/revista034%5Crev034ulpianomenezes.pdf>

Acessado em: 11/11/2011 -21:13h.

**NORA**, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. (IN - Revista Projeto história, São Paulo v.10, p 7-28, dez. 1993).

**ORIÁ**, Ricardo. Memória e ensino de História. 2003 (IN - O saber histórico na sala de aula. CIRCE BITTENCOURT Org.) 8º Ed. São Paulo: Contexto. – Repensando o ensino. 129-148

**SIMSON**, Olga Rodrigues de Moraes Von; **PARK**, Margareth Brandini; **FERNANDES**, Renata Sieiro. 2007. Educação não-formal: um conceito em movimento. (IN-Visões singulares, conversas plurais. ET al. – São Paulo: Itaú Cultural. (Rumos educação cultura e arte, 3). 13-38.

